

#07

unifev docente

Nadd - Núcleo de Apoio e
Desenvolvimento Docente

Nadd. edu

**Periódico Formativo do Núcleo de
Apoio e Desenvolvimento Docente**

Publicação on-line bimestral
Nº 7 - Ano 2 / Dez. 2025

PALAVRA DO PROFESSOR

O periódico formativo do Nadd é um convite à transformação, ao provocar reflexões sobre o fazer acadêmico. Ele impulsiona discussões que vão além do ensino tradicional, abrindo espaço para práticas inovadoras e metodologias que dialogam com as exigências atuais. Também nos lembra que a educação superior é movimento, construção coletiva e exige sabedoria e coragem para se renovar. Que esta leitura seja mais do que um momento de atualização; seja um passo na direção de uma docência transformadora, capaz de unir saberes, valores e compromisso social.

Cada edição oferece conteúdos que estimulam o pensamento crítico, apresentam metodologias inovadoras e abordam temas que impactam o processo de ensino aprendizagem. Propõe reflexões sobre currículo, avaliação, metodologias ativas e integração entre ensino, pesquisa e extensão, convidando o professor a reinventar sua forma de ensinar e aprender.

Mais do que informar, essa iniciativa inspira. Ela instiga o professor a revisar suas práticas, a experimentar novas estratégias e a compreender que ensinar é um ato dinâmico, que se renova no encontro com o outro e com o conhecimento. Assim, o Nadd reafirma seu papel como instrumento de desenvolvimento profissional, fortalecendo a qualidade do ensino e a missão social da Unifev.

Que cada leitura seja um passo a mais na construção de uma docência crítica, inovadora e singular.

Ma. Iza Valéria da Silva Pires
Procuradora Institucional

A CIÊNCIA DIZ

SÍNDROME DE BURNOUT, SOBRECARGA DE PAPÉIS E SUPORTE SOCIAL EM PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

Ma. Giovana Regina da Silva Cristante



SÍNDROME DE BURNOUT, SOBRECARGA DE PAPÉIS E SUPORTE SOCIAL EM PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

BURNOUT SYNDROME, ROLE OVERLOAD AND SOCIAL SUPPORT IN UNIVERSITY TEACHERS

O artigo analisou como o suporte social, entendido como relações sociais úteis para manejo do estresse no ambiente de trabalho, assim como receber demonstrações de afeto, trocas de informações, dicas práticas, auxílio em tarefas e conselhos, podem ser formas de minimizar sinais de Burnout, um tipo de esgotamento ligado ao trabalho, em professores universitários. Na revisão de literatura, as autoras mencionaram estudos que demonstram que a docência universitária tem se tornado cada vez mais exigente, com múltiplas tarefas, instabilidade, pressão por produção, conflitos interpessoais e falta de autonomia.

A profissão aparece como exposta a diversos riscos psicossociais preditores de adoecimento mental, como excesso de demandas, cultura organizacional competitiva, falta de reconhecimento e mudanças tecnológicas contínuas. O estudo contou com uma amostra de 362 docentes, sendo aplicados os seguintes instrumentos: questionário de dados sociodemográficos e laborais (dados pessoais, carga horária, tipo de instituição, tempo de casa etc) e dois questionários validados para avaliação de síndrome de burnout em profes-

sores. Os resultados apontam que a sobrecarga amplia o desgaste com a profissão, irritabilidade, falta de motivação e atitudes de distanciamento emocional com alunos e pares. Demonstram também que o suporte social atua como mecanismo de proteção, ampliando sensação de bem-estar no trabalho.

O estudo contribui com o entendimento de que o adoecimento mental de professores precisa ser analisado sob uma ótica mais ampla, que inclui condições organizacionais, exigências elevadas e baixa rede de apoio e não apenas características individuais. Como implicações para a prática, sugere-se uma maior atenção às relações interpessoais no trabalho, por meio de estratégias de desenvolvimento de competências socioemocionais para o trabalho em equipe.

Referências:

DIEHL, Liciane; CARLOTTO, Mary Sandra. **Síndrome de burnout, sobrecarga de papéis e suporte social em professores universitários**. Revista Laborativa, v. 12, n. 2, p. 33-55, out. 2023. Disponível em: <https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/4010/pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CONSTRUINDO COMPETÊNCIAS

COMO AVALIAR POR MEIO DE UM CURRÍCULO PAUTADO EM COMPETÊNCIAS?

Dr. Anderson Bençal Indalécio

A adoção de currículos orientados por competências tem transformado o foco da ação pedagógica. Em vez de priorizar a simples transmissão de conteúdos, essa perspectiva valoriza a mobilização integrada de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. Para que essa proposta se sustente, a avaliação precisa dialogar diretamente com o conceito de competência, funcionando como instrumento de interpretação de evidências de aprendizagem em situações significativas.

Avaliar por competências significa compreender que a aprendizagem vai além da lembrança de informações. O interesse recai sobre o que o estudante consegue fazer com o que aprendeu, como articula saberes, como interpreta problemas e como toma decisões. Nesse cenário, a avaliação assume caráter contínuo e integra dimensões diagnóstica, formativa e somativa. A dimensão diagnóstica identifica conhecimentos prévios e apoia o planejamento inicial. A dimensão formativa acompanha o percurso, oferecendo devolutivas que indicam avanços, limites e possibilidades de reorganização. A dimensão somativa, quando utilizada, precisa manter relação direta com os critérios estabelecidos pelo currículo.

Para que a avaliação seja coerente, é necessário articular competência, objeto de conhecimento e critério de desempenho. A competência expressa uma ação complexa; o objeto de conhecimento situa o conteúdo estruturante; o critério de desempenho define o que se espera observar como resultado dessa ação. Essa articulação orienta a seleção de instrumentos, favorece a transparência e evita práticas descoladas do propósito formativo.

A diversidade de instrumentos também desempenha função relevante. Estudos de caso, projetos, resolução de problemas, análises de situações reais, produções escritas, apresentações orais, portfólios e mapas conceituais permitem observar a mobilização de saberes por diferentes vias. A variedade amplia as possibilidades de expressão dos estudantes, evita a centralização em um único modelo de verificação e oferece uma compreensão mais ampla do percurso formativo.

Outro ponto importante é a verificação da capacidade de transferir conhecimentos para contextos inéditos. Esse movimento indica compreensão sólida, articulação conceitual e autonomia intelectual. A avaliação que considera essa transferência permite observar se o estudan-

te consegue atuar diante de demandas reais, superando a lógica da repetição mecânica.

Avaliar por competências requer uma postura investigativa do professor. O docente analisa evidências, interpreta percursos, revisa encaminhamentos e ajusta sua ação pedagógica. Avaliar torna-se um ato comprometido com a aprendizagem e com a qualidade do projeto educativo, sustentando a formação de estudantes capazes de atuar de maneira reflexiva, crítica e responsável.

Referências:

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.
ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

METODOLOGIA A+

FISHBOWL, SAINDO DO TRADICIONAL!

Me. Walter Francisco Sampaio Neto

O *fishbowl*, ou “aquário”, é uma estratégia de ensino audaciosa que promove um debate estruturado e dinâmico, onde o docente atua principalmente como mediador. Sua diferença fundamental em relação ao debate tradicional reside na organização do espaço e na fluidez da participação.

A sala é organizada em dois círculos concêntricos: o círculo externo, ocupado pelos observadores, e o círculo interno, o “aquário”, que comporta tipicamente quatro ou cinco debatedores.

A estratégia pode ser implementada em dois formatos, o fechado e o aberto. No primeiro, o grupo de debatedores e observadores são definidos, invertendo-se os papéis após um período preestabelecido. No aberto, o debate é iniciado por voluntários, com uma cadeira vazia no círculo interno. Essa cadeira permite que qualquer observador ingresse na roda a qualquer momento. Ao entrar um novo debatedor, um dos participantes deve sair, mantendo o rodízio e a fluidez do debate.

O *fishbowl* permite o desenvolvimento de habilidades cognitivas e práticas nos alunos, incluindo: reflexão e problematização de conceitos; argumentação clara

e concisa; contra-argumentação; e aprimoramento da capacidade de falar em público e de escuta ativa com postura ética.

Entretanto, a estratégia pode enfrentar desafios como a falta de engajamento, a ausência de leitura prévia, a timidez, o tamanho da turma etc. Para combatê-los, é recomendado o seu uso como avaliação certificadora da disciplina ou em conjunto com atividades certificadoras como o registro dos debates.

Assim, o *fishbowl* se apresenta como uma ferramenta didática valiosa que, se bem adequada às competências da disciplina, contribui com o aprendizado do aluno.

Referências

KLAFKE, Guilherme Forma; FEFERBAUM, Marina. **Metodologias ativas em direito**: guia prático para o ensino jurídico participativo e inovador. São Paulo, Atlas, 2020. ISBN 978-85-97-02524-8.

SILVA, Paulo Henrique Barbosa; ABREU, Wilton Sila. **Metodologia fishbowl: aplicabilidade, percepções e resultados em turma de educação básica**. In: 9º Seminário Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente / IV Simpósio Educação, Formação e Trabalho. Belo Horizonte, abr. 2024. Anais eletrônicos. Belo Horizonte, 2024. p. 1-16. Disponível em: <https://mestrados.uemg.br/trabalhos-9-seminario-ppge/category/256-9-eixo-3-processos-educativos-na-educacao-basica>. Acesso em: 21 nov. 2025.

PRÁTICA DOCENTE

QUANDO O ALUNO TEM MAIS MEDO DE ERRAR DO QUE DE NÃO APRENDER

Me. Camilo Augusto Giamatei Esteluti

Em muitas salas de aula do ensino superior, tornou-se evidente um fenômeno silencioso, mas profundo: o crescente medo do estudante de errar. Esse receio não se limita ao desempenho acadêmico; aparece no olhar que se desvia quando o professor faz uma pergunta, no silêncio persistente durante as discussões e na recusa em participar de atividades que envolvam algum risco intelectual. Paradoxalmente, muitos alunos preferem não tentar, para não errar, mesmo que isso comprometa sua própria aprendizagem.

As causas são múltiplas. A lógica de julgamento imediato nas redes sociais, a pressão por desempenho e a fragilidade emocional pós-pandemia amplificam esse temor. Contudo, parte dessa cultura também é reforçada por práticas pedagógicas que tratam o erro como fracasso, e não como parte natural do processo forma-

tivo. Perrenoud (2000, p. 33) lembra que “ensinar é fazer evoluir o sistema de representações do aluno, ajudando-o a enfrentar os obstáculos que se opõem à compreensão”. Entre esses obstáculos, o erro ocupa lugar central.

Em outro texto, o autor aprofunda essa perspectiva ao afirmar que “aprender não é absorver respostas, mas construir instrumentos para compreender e transformar a realidade” (Perrenoud, 1999, p. 19). Quando o estudante teme errar, deixa de construir esses instrumentos; busca respostas prontas, não caminhos investigativos.

Cabe ao professor, portanto, criar um clima didático que devolva dignidade ao erro. Atividades exploratórias, perguntas abertas, análise de processos e acolhimento das tentativas são sempre boas estratégias. Em cursos que exigem tomada de decisão, como saúde, engenharias e licenciaturas, trabalhar o erro como parte do percurso formativo torna-se ainda mais decisivo.

Quando o erro deixa de ser ameaça e passa a ser possibilidade, o aluno reencontra coragem para aprender e para pensar por conta própria.

Referências:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2013.

PERRENOUD, Philippe. **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

EDUCAÇÃO & SAÚDE

TUTORIA E MENTORIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE – SINÔNIMOS?

Dr. Wagner Moneda Telini

Tutoria e mentoria são utilizadas, há décadas, como ferramentas de ensino equivalentes, na Educação Superior em Saúde. Entretanto, são estratégias formadoras diferentes e o uso adequado delas é capaz de transformar a matriz curricular de um curso da saúde, trazendo eficiência à formação técnica, fortalecendo, também, a formação em *soft skills* necessárias para a atuação profissional. Para isso, o projeto pedagógico de um curso deve contar com o uso mais apropriado destas ferramentas. A tutoria se destaca pelo acompanhamento sistematizado e focado no desempenho acadêmico e na resolução de dificuldades de aprendizagem de co-

nhcimentos, habilidades e atitudes. A tutoria na saúde enfatiza o desenvolvimento técnico, sob orientação de instrutor com expertise de treinamento na área, com devolutiva imediata e curto prazo de acompanhamento.

Por outro lado, a mentoria é um relacionamento mais abrangente, com vínculo de longo prazo entre o mentor e o estudante, ou grupo de estudantes. Na mentoria, uma pessoa mais experiente orienta e apoia o desenvolvimento pessoal, profissional e de carreira de um ou mais estudantes. A experiência do mentor deve ir além da competência técnica para o ensino de conteúdos teóricos ou procedimentais específicos da profissão. Experiência prática profissional na área é essencial, assim como conhecimento e aptidão para o treinamento em competências como comunicação, empatia, resiliência, liderança e trabalho em equipe. Na saúde, o mentor auxilia na socialização profissional, no desafio da educação permanente, pautada em evidências científicas, na ética, para a construção da identidade profissional.

Com estas duas ferramentas, educadores retomam seu papel transformador e os egressos dos cursos da saúde tornam-se aptos, de fato, para o cumprimento do seu papel social, enquanto profissionais da saúde.

Referências:

QUINTANILHA, Luiz Fernando et al. Mentoria científica na graduação em Medicina: repercussões na satisfação, engajamento e produção discente. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, e20, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v47.1-20220074>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BATTOOL, Laila et al. The effectiveness of mentoring and coaching in the career development of nurses into the tertiary healthcare. **Journal of Medical & Health Sciences Review**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 3384-3396, 2025. Disponível em: <https://jmhsr.net/index.php/jmhsr/article/view/185>. Acesso em: 24 nov. 2025.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE

O IMPACTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL

Dr. Lauro Lodo Prado

De fato, todos os países que se desenvolveram no mundo, colocaram a educação como uma de suas prioridades. A educação é um pilar fundamental de qual-

quer sociedade, pois transmite valores, forma cidadãos e sustenta a construção de uma nação. No nível superior, ela funciona como uma porta de entrada para novas oportunidades e é vista como um impulsionador de crescimento econômico e social.

As instituições de ensino superior exercem papel estratégico ao contribuir para o bem público: geram empregos, estimulam a economia local, promovem cultura e realizam pesquisas e inovações muitas vezes em parceria com empresas da região. Além disso, desenvolvem projetos de extensão que visam melhorar a qualidade de vida da comunidade, tornando-se importantes agentes de desenvolvimento econômico, social e urbano.

A relação entre ensino superior e desenvolvimento regional é central no debate público e na formulação de políticas. Uma região desenvolvida se caracteriza por melhorias em áreas como saúde, educação, segurança, moradia e mobilidade. O desenvolvimento regional, portanto, envolve progresso econômico aliado a transformações sociais.

Nesse contexto, a educação superior tem papel decisivo na promoção da mobilidade social. Ao ampliar o acesso a empregos mais bem remunerados, reduzir desigualdades de renda, garantir maior estabilidade profissional, desenvolver competências diversas e fortalecer redes sociais e profissionais, o ensino superior cria condições para que indivíduos melhorem suas vidas.

Assim, investir em educação superior e assegurar seu acesso equitativo são passos essenciais para construir sociedades mais justas, reduzir desigualdades e promover um futuro mais próspero para todos.

Referências:

BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**: metodologia de planejamento. Editora Garamond, 2002.

DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, 2020.

HADDAD, F. O **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: Ministério da Educação; Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

PERES, C. A.; SOUZA, E. de; DELL'OSO, J. M. **Educação e Desenvolvimento Regional**: diálogos sobre práxis educativas e economia local. São Leopoldo: Karywa, 2020.

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 87-102, set./dez. 2009.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

DIÁLOGOS COM O MEC

NOVA REGULAMENTAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU: GARANTIA DE QUALIDADE, TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE ACADÊMICA

Ma. Iza Valéria da Silva Pires

A pós-graduação *lato sensu* ocupa um papel estratégico na educação superior brasileira. Mais do que um complemento à formação inicial, ela é um instrumento essencial para atualização profissional, inovação e desenvolvimento de competências técnicas que respondem às demandas do setor público e privado. No entanto, o crescimento acelerado da oferta desses cursos trouxe desafios significativos: insegurança jurídica, práticas irregulares e, sobretudo, riscos à qualidade acadêmica. É nesse contexto que surge a necessidade de uma nova regulamentação, clara e capaz de preservar a credibilidade e a função social da especialização.

A proposta aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) estabelece diretrizes que representam um avanço histórico. Entre os pontos centrais, destacam-se: critérios objetivos para credenciamento exclusivo de Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) e entidades profissionais; exigência de projetos pedagógicos consistentes; corpo docente qualificado, com pelo menos 30% de mestres ou doutores; e mecanismos de integridade acadêmica para prevenir fraudes e arranjos comerciais que desvirtuem a finalidade educativa. Além disso, reforça-se a obrigatoriedade de registro dos cursos no sistema e-MEC, garantindo transparência e supervisão.

Essa atualização normativa não é apenas uma questão burocrática. Ela assegura que cada certificado emitido represente, de fato, um percurso formativo legítimo, evitando que a pós-graduação *lato sensu* reduza-se a um requisito meramente formal para fins de progressão funcional ou concessão de vantagens remuneratórias. Ao estabelecer limites à atuação institucional, impor requisitos de infraestrutura compatível e inibir arranjos que configurem arranjos simulados, a resolução reafirma princípios constitucionais como legalidade, moralidade e eficiência, fundamentais para a Administração Pública e para a sociedade.

Outro aspecto relevante é a preservação da autonomia universitária e da meritocracia. A nova regulamentação garante flexibilidade para atender às demandas do mercado, preservando a necessária observância aos padrões de excelência acadêmica. Define parâmetros para oferta presencial, semipresencial e a distância, alinhados às exigências tecnológicas e pedagógicas, e estabelece sanções para práticas irregulares. Trata-se de um modelo que equilibra inovação e responsabilidade, fortalecendo a confiança do estudante e da sociedade nos instrumentos de formação continuada.

Professores e gestores educacionais têm papel decisivo nesse processo. É necessário compreender que a pós-graduação *lato sensu* não se configura como objeto de transação comercial, mas como um espaço de construção de conhecimento aplicado, capaz de transformar carreiras e impactar positivamente o desenvolvimento nacional. A nova regulamentação é um convite à reflexão e à ação: investir em qualidade, transparência e ética.

Em síntese, a presente resolução transcende a mera atualização normativa, configurando-se como um marco regulatório orientado pela integridade acadêmica, responsabilidade social e pela preservação da qualidade na formação continuada. Tal diretriz impõe aos atores institucionais e aos profissionais da educação superior a incorporação dessa agenda como prioridade estratégica, assegurando coerência entre práticas pedagógicas, padrões de qualidade e exigências legais. A consolidação desse paradigma é condição *sine qua non* para garantir legitimidade aos processos formativos, fortalecer a confiança da sociedade nos certificados emitidos e promover a efetividade da pós-graduação *lato sensu* como instrumento de desenvolvimento científico, tecnológico e profissional.

Referências:

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 637/2025. **Diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu, denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2025.**

unifev docente

Nadd - Núcleo de Apoio e
Desenvolvimento Docente

Autores

Dr. Anderson Bençal Indalécio
Me. Camilo Augusto Giamatei Esteluti
Ma. Giovana Regina da Silva Cristante
Ma. Iza Valéria da Silva Pires
Dr. Lauro Lodo Prado
Dr. Wagner Moneda Telini
Me. Walter Francisco Sampaio Neto

Revisão

Ma. Silvia Brandão Cuenca Stipp
MTb: 19.406/SP

Comunicação e Marketing

Grazielle Karina de Marchi Magalhães

Diagramação e design

Me. Vinicius Sanchez dos Santos